

INQUÉRITO 4.828 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de inquérito instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República com o objetivo de apurar os fatos ocorridos em 19 de abril de 2020, e seus antecedentes, nos termos da Lei 7.170/83.

Deferidas as diligências iniciais requeridas, manifesta-se na data de hoje (Petição STF nº 37267/2020) nos seguintes termos:

“A possibilidade de que o exercício das liberdades constitucionais de manifestação do pensamento e de reunião possa transbordar ao alcance do dispositivo constitucional que veda a formação de associações de caráter paramilitar, a Procuradoria-Geral da República acionou o que impõe a repressão penal e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem imposta na Lei Maior e o Estado democrático, pedindo a abertura de inquérito para verificação de eventual cometimento de delitos previstos na Lei nº 7.170/1983.

A ligação de parlamentares federais com esses movimentos organizados com natureza e propósitos não suficientemente esclarecidos deu causa a que a instauração do expediente passasse pela atuação do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República.

(...)

Primeiramente, como as manifestações tem-se apresentado com uma infraestrutura mínima (carros de som e peças de propaganda mais profissionais qual grandes bandeiras, grandes faixas e outras peças não amadoras) é necessário que se verifique como se opera a disponibilização desses meios. É importante que se identifique quem executa os

contatos com as empresas fornecedoras de carros de som e outros aparatos, acaso existentes.

Em segundo lugar, interessa verificar-se a procedência dos recursos que financiam as aquisições, locações e eventualmente viagens e alimentação de manifestantes.

Em terceiro lugar, é mister identificar de onde partem as propostas de manifestações e como elas são propagadas ao seu público-alvo.

(...)

Segundo reportagem investigativa da revista “Crusoé”, há uma rede articulada de influenciadores digitais catalizando a propagação de mensagens a simpatizantes de bandeiras comuns ao governo e a correntes de pensamento com matiz autoritária.

(...)

Perfis anônimos propagam desinformações nas redes sociais, repassando-as por meio de textos escritos, fotos ou links para artigos online, ou ainda, levantando-se hiperligações e palavras-chaves ou termos antecidos pelo sinal cerquilha (#) associados às informações, aos tópicos ou às discussões em questão.

(...)

Do rápido alastramento destas cascatas resulta a impressão de que a mobilização em favor de uma ruptura institucional tem, mesmo sem o respaldo comprovado da opinião pública, o apoio da população.

(...)

As chamadas redes sociais não são apenas espaço de liberdade de expressão. Os usuários das redes sociais com muitos seguidores podem auferir renda das próprias plataformas a partir do volume de tráfego que geram, a quantidade de seguidores que arrebanham, o universo de pessoas que alcançam com suas mensagens, a sua capacidade de influenciar seus seguidores.

(...)

O dinheiro advém de um programa de parceria que

envolve receita de publicidade decorrente da veiculação de anúncios gráficos, de sobreposição e em vídeo, provenientes de empresas e órgãos públicos; de valores advindos de assinaturas dos canais; da compra de produtos oficiais divulgados nas páginas de exibição; da aquisição, pelos usuários, de destaque no chat das transmissões ao vivo e até mesmo de uma parcela da taxa de serviço de assinatura paga de streaming livre de propagandas.

(...)

Após essas considerações, conclui que:

Como se pode verificar, no ecossistema de redes sociais e propagação de ideias de mobilização social e realização de manifestações ostensivas nas ruas, há participação de parlamentares tanto na expressão e formulação de mensagens, quanto na sua propagação e visibilidade, quanto no convívio e financiamento de profissionais na área.

Na parte visível de toda essa organização há militantes, há políticos, há organização, há recursos financeiros. Há também direitos. Todavia, potencialmente pode haver abusos e crimes que precisam ser apurados a partir do esclarecimento do modo de funcionamento estruturado e economicamente rentável de uma escalada de organização e agrupamento com pretensões aparentes de execução de ações contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e provocação das Forças Armadas ao descumprimento de sua missão constitucional.

Os frequentes entrelaçamentos dos membros de cada um dos núcleos descritos acima indiciam a potencial existência de uma rede integralmente estruturada de comunicação virtual voltada tanto à sectarização da política quanto à desestabilização do regime democrático para auferir ganhos econômicos diretos e políticos indiretos. Nesse entrelaçamento formam-se complexas relações de poder por cooperação, dependência e dominação. Estes mesmos relacionamentos denotam, igualmente, um alinhamento consciente entre os

componentes dos grupamentos direcionado à realização de ações potencialmente típicas, independentemente da existência de um acordo propriamente dito para esse fim.

Para sustentar a existência destas práticas concertadas, entretanto, é necessário provar um nexo de causalidade entre o fenômeno e a atuação dos agentes que dele participam. Isso se faz necessário porque o paralelismo é caracterizado por um conjunto de atuações em princípio neutras, suscetíveis de serem interpretadas num sentido tanto favorável como desfavorável. Surge, portanto, de extrema importância a avaliação dos fatos caracterizadores de condutas tidas como ilegais, sob o aspecto penal, para se ter a certeza de que se tratam de práticas criminosas, reprimíveis pelo direito.

Da sucessão dos fatos aqui narrados e da observação dos acontecimentos, só há como inferir que os envolvidos não praticaram condutas lesivas ao livre exercício das casas legislativas e deste próprio Tribunal por meio de providências cautelares, entre outras diligências a serem implementadas pela autoridade policial.

Ao final requereu as diligências devidamente individualizadas no item “61” da manifestação, consistentes em: identificação de bens utilizados nas manifestações, requisição de dados cadastrais e preservação de conteúdo de canais nas redes sociais e seus administradores, expedição de mandados de busca e apreensão relacionados aos crimes em apuração; afastamento de sigilo de dados postais, telemáticos e das comunicações telefônicas; quebra de sigilo bancários de pessoas físicas e jurídicas.

É o breve relato.

DECIDO.

Os indícios apresentados na manifestação apresentada pela Procuradoria-Geral da República confirmam a real possibilidade de existência de uma associação criminosa, como salientado pelo Ministério Público ao apontar que *“pode haver abusos e crimes que precisam ser apurados a partir do esclarecimento do modo de funcionamento estruturado e*

INQ 4828 / DF

economicamente rentável de uma escala de organização e agrupamento com pretensões aparentes de execução de ações contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e provocação das Forças Armadas ao descumprimento de sua missão constitucional”.

A Procuradoria Geral da República aponta, detalhadamente, a existência de vários núcleos nessa associação – “organizadores e movimentos” (item III), “influenciadores digitais e hashtags” (item IV), “monetização” (item V) e “conexão com parlamentares” (item VI) – e conclui que “no ecossistema de redes sociais e propagação de ideias de mobilização social e realização de manifestação ostensivas nas ruas, há participação de parlamentares tanto na expressão e formulação de mensagens, quanto na sua propagação e visibilidade, quanto no convívio e financiamento de profissionais da área”.

As provas apresentadas pela Procuradoria Geral indicam uma “rede estruturada de comunicação virtual voltada tanto à sectarização da política quanto à desestabilização do regime democrático para auferir ganhos econômicos diretos e políticos indiretos. Nesse entrelaçamento formam-se complexas relações de poder por cooperação, dependência e dominação. Estes mesmos relacionamentos denotam, igualmente, um alinhamento consciente entre os componentes dos grupamentos direcionado à realização de ações potencialmente típicas, independentemente da existência de um acordo propriamente dito para esse fim”.

Em face desses indícios apresentados, torna-se imprescindível o deferimento das diligências, inclusive com afastamento excepcional de garantias individuais que não podem ser utilizados como um *verdadeiro escudo protetivo* da prática de atividades ilícitas, tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de desrespeito a um verdadeiro Estado de Direito (HC nº 70.814-5/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, DJ, 24-6-1994), pois como ensinado por DUGUIT:

“a norma de direito, por um lado, impõe a todos o respeito aos direitos de cada um, e em contrapartida, determina uma limitação sobre os direitos individuais, para assegurar a

proteção aos direitos gerais” (*Fundamentos do direito*. São Paulo: Ícone Editora, 1996, p. 11 ss).

A proclamação dos direitos individuais nasceu para reduzir a ação do Estado aos limites impostos pela Constituição, sem, contudo desconhecer a obrigatoriedade das condutas individuais *operarem dentro dos limites impostos pelo direito*, conforme salientado por QUIROGA LAVIÉ (*Derecho constitucional*. Buenos Aires: Depalma, 1993. p. 123 ss).

Os direitos e garantias individuais, conseqüentemente, não são absolutos e ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Carta Magna (*Princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas*) e, quando houver conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais, o intérprete deve utilizar-se do *princípio da concordância prática ou da harmonização*, de forma a coordenar e combinar os bens jurídicos em conflito, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, realizando uma redução proporcional do âmbito de alcance de cada qual (*contradição dos princípios*), sempre em busca do verdadeiro significado da norma e da harmonia do texto constitucional com sua finalidade precípua.

A própria Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, expressamente, em seu art. 29 afirma tanto a finalidade, quanto a relatividade dos direitos individuais:

“toda pessoa tem deveres com a comunidade, posto que somente nela pode-se desenvolver livre e plenamente sua personalidade. No exercício de seus direitos e no desfrute de suas liberdades todas as pessoas estarão sujeitas às limitações estabelecidas pela lei com a única finalidade de assegurar o respeito dos direitos e liberdades dos demais, e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. Estes direitos e liberdades não podem, em nenhum caso, serem exercidos em oposição com os propósitos e princípios das Nações Unidas. Nada na presente Declaração poderá ser interpretado no sentido de conferir direito algum ao Estado, a um grupo ou uma pessoa, para

INQ 4828 / DF

empreender e desenvolver atividades ou realizar atos tendentes a supressão de qualquer dos direitos e liberdades proclamados nessa Declaração”.

Não há dúvidas, portanto, que a inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC n.º 82.788/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO); porém esse fundamental direito não se reveste de caráter absoluto (RHC 117159, 1ª T, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, 2ª T, Rel. Min. CELSO DE MELLO; HC 97567, 2ª T, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

Na espécie, estão presentes os requisitos do artigo 240 do Código de Processo Penal, para a ordem judicial de busca e apreensão no domicílio pessoal e profissional, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais.

A solicitação está circunscrita a pessoas físicas vinculadas aos fatos investigados e os locais da busca estão devidamente indicados, limitando-se aos endereços residenciais e profissionais dos supostos envolvidos. Nesse cenário, tenho por atendidos os pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, encontrando-se justificada a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita.

INQ 4828 / DF

Ressalte-se, também, que toda essa estrutura, aparentemente, estaria sendo financiada por empresários que, conforme os indícios apresentados atuariam de maneira velada fornecendo recursos – das mais variadas formas –, para os integrantes dessa organização.

A necessidade de fiel observância aos requisitos constitucionais e legais é obrigatória para o afastamento da garantia constitucional (HC 93.050-6/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 10-6-2008; HC 84758, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 16-06-2006; HC 85.088/ES, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 30-9-2005; AI 655298 AgR, Rel. Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 04/09/2007; MS 25812 MC, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJ 23/02/2006 AI 541265 AgR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 04/10/2005; Inq. 899-1/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 23-9-1994; MS 21.729-4/DF, Rel. Min. Presidente Sepúlveda Pertence, DJ, 13-8-1993), pois, como bem salientado por MIRKINE-GUETZÉVITCH:

“encontra-se aí a garantia essencial das liberdades individuais; sua limitação não é possível senão em virtude da lei” (*As novas tendências do direito constitucional*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1933. p. 77).

Igualmente, nesse contexto, nos termos da LC 105/01 e sempre em caráter de absoluta excepcionalidade, é possível o afastamento dos sigilos bancários e fiscais dos investigados, pois existentes fundados elementos de suspeita que se apoiem em indícios idôneos, reveladores de possível autoria de prática delituosa por parte daquele que sofre a investigação e estiverem presentes os seguintes requisitos, como tive oportunidade de destacar em voto proferido no MS 25940/DF (PLENÁRIO 26/04/2018):

- (a) autorização judicial;
- (b) indispensabilidade dos dados constantes em determinada instituição financeira, Receita Federal ou Fazendas Públicas;
- (c) individualização dos investigados e do objeto da

investigação;

(d) obrigatoriedade da manutenção do sigilo em relação às pessoas estranhas à causa;

(e) utilização de dados obtidos somente para a investigação que lhe deu causa, salvo nova autorização judicial.

Em razão de todo o exposto, nos termos do artigo 21 do RISTF, DEFIRO INTEGRALMENTE AS DILIGÊNCIAS REQUERIDAS, nos termos requeridos na petição:

“(57.1) identificação, pela autoridade policial, dos locatários de caminhões e trios elétricos presentes nos atos antidemocráticos ocorridos em frente ao Quartel-General do Exército e à Praça dos Três Poderes nos dias 19 de março e 3 de maio de 2020, respectivamente, bem como do nome da pessoa beneficiária do financiamento coletivo de ID 1015312 no site “Vakinha” [\[1\]\[1\]\[1\]\[1\]\[1\]](#);

(57.2) requisição dos dados cadastrais dos administradores dos canais “Universo” [\[2\]\[2\]\[2\]\[2\]\[2\]](#) e “Foco do Brasil” [\[3\]\[3\]\[3\]\[3\]\[3\]](#), no YouTube, bem como dos responsáveis pelos perfis “@focodobrasil” e “@folhadobrasil” [\[4\]\[4\]\[4\]\[4\]\[4\]](#), no Instagram;

(57.3) preservação e a retenção, pela autoridade policial, dos tuítes citados nas notas de rodapé de nº 61 a 73, acompanhados dos dados dos respectivos usuários (nome, e-mail, datas de nascimento, telefones etc.), endereços I.P. da conexão e endereços MAC da placa de rede da estação utilizados e registros (“logs”) de acesso à aplicação de internet dos dias das postagens, pelo que deverá ser expedido ofício requisitório à pessoa jurídica **Twitter Brasil Rede de Informação Ltda.**, com sede na Rua Professor Atilio Innocenti nº 642, 9º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo (SP);

(57.4) requisição de informações (país, tipo de empresa, detalhes de contato e a identificação fiscal etc.), relatórios financeiros e de pagamentos efetuados

(57.4.1) no Estúdio de Criação (anúncios *in-stream*, assinatura de fãs, conteúdo de marca ou grupos de assinatura) ou pelo “Audience Network” do Facebook às contas cadastradas no gerenciador de monetização associadas às páginas “Folha Política”[\[5\]\[5\]\[5\]\[5\]\[5\]](#), “Foco do Brasil”[\[6\]\[6\]\[6\]\[6\]\[6\]](#) “Alberto Silva”[\[7\]\[7\]\[7\]\[7\]\[7\]](#) “Terça Livre”[\[8\]\[8\]\[8\]\[8\]\[8\]](#), “Vlog do Lisboa”[\[9\]\[9\]\[9\]\[9\]\[9\]](#), “Roberto Boni”[\[10\]\[10\]\[10\]\[10\]\[10\]](#), “Nação Patriota”[\[11\]\[11\]\[11\]\[11\]\[11\]](#), “Ravox Brasil”[\[12\]\[12\]\[12\]\[12\]\[12\]](#), “Oswaldo Eustáquio”[\[13\]\[13\]\[13\]\[13\]\[13\]](#), “Sara Winter”[\[14\]\[14\]\[14\]\[14\]\[14\]](#), “Marcelo Frazão (Dr Marcelo Frazão)”, “Marcelo Frazão (Dr Marcelo Frazão II)”, “Marcelo Frazão (Dr Marcelo Frazão III)”, “Marcelo Frazão (Dr Marcelo Frazão)”, “Camila Abdo Calvo”, “Camila Abdo” e “Ca Abdo”[\[16\]\[16\]\[16\]\[16\]\[16\]](#); pelo que deverão ser expedidos ofícios nesse sentido à pessoa jurídica **Facebook Serviços Online Ltda.**, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior nº 700, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP);

(57.4.2) às contas cadastradas no gerenciador de negócios do Instagram associadas aos perfis “@focodobrasil” e “@folhadobrasil”[\[17\]\[17\]\[17\]\[17\]\[17\]](#) “@albertosilvabr”[\[18\]\[18\]\[18\]\[18\]\[18\]](#) “@tercalivre”[\[19\]\[19\]\[19\]\[19\]\[19\]](#), “@vlogdolisboa” e “@vlogdolisboavideos”[\[20\]\[20\]\[20\]\[20\]\[20\]](#), “@nacaopatriotaofic”[\[21\]\[21\]\[21\]\[21\]\[21\]](#), “@ravoxbrasil”[\[22\]\[22\]\[22\]\[22\]\[22\]](#), “@eustaquio_oswaldo”[\[23\]\[23\]\[23\]\[23\]\[23\]](#), “@_sarawinter”[\[24\]\[24\]\[24\]\[24\]\[24\]](#), “@drfrazoamarcelo”[\[25\]\[25\]\[25\]\[25\]\[25\]](#) e “@caabdo”[\[26\]\[26\]\[26\]\[26\]\[26\]](#); pelo que deverão ser expedidos ofícios nesse sentido à pessoa jurídica **Facebook Serviços Online Ltda.**, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior nº 700, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP);

(57.4.3) pelo YouTube às contas do Google AdSense associadas aos canais “Folha Política”[\[27\]\[27\]\[27\]\[27\]\[27\]](#), “Foco do Brasil”[\[28\]\[28\]\[28\]\[28\]\[28\]](#) “O Giro de Notícias”[\[29\]\[29\]\[29\]\[29\]\[29\]](#) “Terça Livre”[\[30\]\[30\]\[30\]\[30\]\[30\]](#), “Vlog do Lisboa”[\[31\]\[31\]\[31\]\[31\]\[31\]](#), “Universo”[\[32\]\[32\]\[32\]\[32\]\[32\]](#), “Nação Patriota”[\[33\]\[33\]\[33\]\[33\]\[33\]](#), “Ravox Brasil”[\[34\]\[34\]\[34\]\[34\]\[34\]](#), “Oswaldo Eustáquio”[\[35\]\[35\]\[35\]\[35\]\[35\]](#), “Sara

Winter”[\[36\]\[36\]\[36\]\[36\]\[36\]](#), “TV Direta News”[\[37\]\[37\]\[37\]\[37\]](#)[\[37\]](#), “Direto aos Fatos”[\[38\]\[38\]\[38\]\[38\]\[38\]](#) e “Emerson Teixeira”[\[39\]\[39\]\[39\]\[39\]\[39\]](#); pelo que deverão ser expedidos ofícios nesse sentido à pessoa jurídica **Google Brasil Internet Ltda.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 18º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP);

(57.5) expedição de mandados de busca e apreensão de objetos relacionados aos crimes em apuração, tais como documentos, comprovantes bancários, mídias, equipamentos de informática e aparelhos de telefonia celular, *smartphones, tablets*, etc., os quais deverão ser cumpridos nos endereços das pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionados[\[40\]](#)

(57.5.1) Rua Campos Bicudo nº 140, apartamento 181, Jardim Europa, São Paulo (SP), residência de **Otavio Oscar Fakhoury**;

(57.5.2) SHIN QI 10 conjunto 9 casa, 33, Lago Norte, Brasília (DF), residência de **Luís Felipe Belmonte dos Santos**;

(57.5.3) Rua das Malvas nº 216, Cidade Jardim, São Paulo (SP), residência de **Sergio Ferreira de Lima Junior**;

(57.5.4) Rua Estados Unidos nº 273, 2º andar, Jardim Europa, São Paulo (SP), sede da **Inclutech Tecnologia da Informação Ltda.**, pessoa jurídica da qual Sergio Ferreira de Lima Junior é sócio-administrador;

(57.5.5) Gabinete 403 do Anexo IV da Câmara dos Deputados, Brasília (DF); Rua Genésio Belisário de Moura s/nº, Petrópolis (RJ) e SQN 302, Bloco G, apartamento 403, Brasília (DF), local de trabalho e residências, respectivamente, do **Deputado Federal Daniel Silveira**;

(57.5.6) Rua Francisco Felipe Agosti nº 80, Bloco 04, conjunto 4, Vila Inglesa, São Paulo (SP), sede da **Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda.**, pessoa jurídica da qual Ernani Fernandes Barbosa Neto e Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves são sócios;

(57.5.7) Avenida Interlagos nº 257, Jardim Umuarama, São Paulo (SP), sede da **Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda.**, pessoa jurídica da qual Ernani Fernandes Barbosa Neto e

Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves são sócios;

(57.5.8) Estrada Padre José Kentenich nº 11, Parque das Árvores, Poços de Caldas (MG), sede da **Alberto Junio da Silva** (“Rede Pensa Brasil de Comunicação”), pessoa jurídica da qual Alberto Junio da Silva é responsável;

(57.5.9) SHIS QI 19. conjunto 7, casa 19, Lago Sul, Brasília (DF), residência e local de trabalho, de fato, de **Allan Lopes dos Santos**[41][41][41][41][41];

(57.5.10) SCRN CR 502, bloco B, sala 202, Parte E-2, setor 68, Asa Norte, Brasília (DF), sede do **Canal T1 Produção de Vídeos e Cursos Ltda.**, (“Terça Livre”), pessoa jurídica da qual Allan Lopes dos Santos é sócio-administrador;

(57.5.11) Rua Anhumas nº 298, casa 1, Santa Emília, Guarulhos (SP), residência e local de trabalho de **Fernando Lisboa da Conceição**;

(57.5.12) Rua Bilar Dutra nº 583, Boca da Mata, Imperatriz (MA), residência e local de trabalho de **Valter Cesar Silva Oliveira**;

(57.5.13) Rua Moscou nº 254, Santa Regina, Camboriú (SC) e Rua José Galletti nº 190, Parque São Jorge, Marília (SP), domicílios de **Adilson Nelson Dini**;

(57.5.14) Rua Egydio Pilotto nº 421, Uberaba, Curitiba (PR), sede da Target Journal Comunicação Ltda. (Gazeta São José dos Pinhais), pessoa jurídica da qual **Oswaldo Eustaquio Filho**, é sócio-administrador;

(57.5.15) Avenida Pastor Martin Luther King Jr. nº 4676, Bloco 10, apartamento 102, Rio de Janeiro (RJ) e Rua Sete de Setembro nº 3242, Centro, São Carlos (SP), domicílios de **Sara Fernanda Giromini**;

(57.5.16) Rua Acre nº 155, Jardim Claudia Prado, São Simão (SP), residência e local de trabalho de **Marcelo Frazão de Almeida**;

(57.5.17) Rua Nova dos Portugueses nº 390, Chora Menino, São Paulo (SP), sede da **Camila Abdo Leite do Amaral Calvo** (“Produções Jornalísticas e Assessoria de Imprensa”), pessoa jurídica da qual Camila Abdo Leite do Amaral Calvo é

responsável;

(57.5.18) QNL 4 Bloco I Taguatinga Norte, casa 2, Brasília (DF), residência e local de trabalho de **Emerson Teixeira de Andrade**;

(57.5.19) tenda montada ao lado da Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede do Ministério da Justiça, Brasília (DF), acampamento do movimento “**300 do Brasil**”;

(57.5.20) logradouros das residências e locais de trabalho dos administradores dos canais “**Universo**” e “**Foco do Brasil**”, no YouTube, bem como dos responsáveis pelos perfis “**@focodobrasil**” e “**@folhadobrasil**”, no Instagram, a serem identificados pela autoridade policial, nos termos do item 57.2;

(57.6) afastamento do sigilo dos dados postais, telemáticos e das comunicações telefônicas armazenados nos envelopes, computadores e aparelhos de telefones celulares eventualmente apreendidos durante as buscas;

(57.7) quebra dos sigilos bancários das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, no período compreendido entre **19 de abril de 2019**, dia do Exército, marco mais remoto que se pode cogitar do início de eventual concertação para organizar os atos antidemocráticos em apuração, e **3 de maio de 2020**, data da manifestação imediatamente seguinte à que aconteceu durante a celebração daquela efeméride neste ano, com o consequente fornecimento, pelas instituições financeiras, de todas as informações pertinentes, inclusive documentos-suporte das transações realizadas, como, por exemplo, fichas de caixa, comprovantes de saques, de depósito, de transferência, cheques, etc.

(57.7.1) Otavio Oscar Fakhoury, CPF 112.009.508-52;

(57.7.2) Luís Felipe Belmonte dos Santos, CPF 115.520.501-49;

(57.7.3) Sergio Ferreira de Lima Junior, CPF 081.884.647-08;

(57.7.4) Inlutech Tecnologia da Informação Ltda., CNPJ 14.310.026/0001-40;

(57.7.5) Daniel Lúcio da Silveira, CPF 057.009.237-00;

- (57.7.6) **Geraldo Júnio do Amaral**, CPF 075.540.496-31;
- (57.7.7) **Otoni Moura de Paula Junior**, CPF 072.178.777-09;
- (57.7.8) **Caroline Rodrigues de Toni**, CPF 058.583.929-89;
- (57.7.9) **Carla Zambelli Salgado**, CPF 013.355.946-71;
- (57.7.10) **Arolde de Oliveira**, CPF 016.167.062-87;
- (61.7.11) **Alessandra da Silva Ribeiro**, CPF 798.755.649-15;
- (57.7.12) **Beatriz Kicis Torrents de Sordi**, CPF 385.677.921-34;
- (57.7.13) **Eliéser Girão Monteiro Filho**, CPF 453.123.467-72;
- (57.7.14) **José Guilherme Negrão Peixoto**, CPF 044.349.568-84;
- (57.7.15) **Aline Sleutjes**, CPF 005.063.429-13;
- (57.7.16) **Evandro de Araújo Paula**, CPF 048.731.251-11;
- (57.7.17) **Movimento Avança Brasil** (Instituto Acorda Brasil), CNPJ 23.620.564/0001-22;
- (57.7.18) **Movimento Conservador** (Instituto Conservador), CNPJ 32.931.580/0001-27;
- (57.7.19) **Movimento NasRuas** (Associação Brasil NasRuas), CNPJ 28.818.354/0001-67;
- (57.7.20) **Ernani Fernandes Barbosa Neto**, CPF 007.668.421-00;
- (57.7.21) **Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves**, CPF 179.984.588-52;
- (57.7.22) **Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda.**, CNPJ 28.573.979/0001-06, pessoa jurídica da qual **Ernani Fernandes Barbosa Neto** e **Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves** são sócios;
- (57.7.23) **Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda.**, CNPJ 20.010.215/0001-09, pessoa jurídica da qual **Ernani Fernandes Barbosa Neto** e **Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves** são sócios;
- (57.7.24) **Alberto Junio da Silva**, CPF 039.572.126-18;
- (57.7.25) **Alberto Junio da Silva** ("Rede Pensa Brasil de Comunicação"), CNPJ 26.649.468/0001-03, pessoa jurídica da qual **Alberto Junio da Silva** é responsável;

(57.7.26) **Allan Lopes dos Santos**, CPF 099.006.807-23;

(57.7.27) Canal TI Produção de Vídeos e Cursos Ltda., (“Terça Livre”), CNPJ 30.887.370/0001-53, pessoa jurídica da qual **Allan Lopes dos Santos** é sócio-administrador;

(57.7.28) **Fernando Lisboa da Conceição**, CPF 316.237.308-56;

(57.7.29) **Valter Cesar Silva Oliveira**, CPF 932.337.523-34;

(57.7.30) **Adilson Nelson Dini**, CPF 110.567.238-74;

(57.7.31) **Oswaldo Eustaquio Filho**, CPF 024.572.289-05;

(57.7.32) **Sara Fernanda Giromini**, CPF 416.982.998-00;

(57.7.33) **Marcelo Frazão de Almeida**, CPF 091.526.418-80;

(57.7.34) **Camila Abdo Leite do Amaral Calvo**, CPF 331.776.078-85;

(57.7.35) **Camila Abdo Leite do Amaral Calvo** (“Produções Jornalísticas e Assessoria de Imprensa”), CNPJ 31.060.542/0001-83, pessoa jurídica da qual **Camila Abdo Leite do Amaral Calvo** é responsável;

(57.7.36) **Emerson Teixeira de Andrade**, CPF 666.516.461-68;

(57.7.37) administradores dos canais “**Universo**” e “**Foco do Brasil**”, no YouTube, bem como dos responsáveis pelos perfis “@**focodobrasil**” e “@**folhadobrasil**”, no Instagram, a serem identificados pela autoridade policial, nos termos do item 57.2.

(57.8) comunicação ao Banco Central do Brasil para que

(57.8.1) efetue pesquisa no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) com o intuito de comunicar exclusivamente às instituições financeiras com as quais o investigado tem ou teve relacionamentos no período de quebra do sigilo bancário, acelerando, assim, a obtenção dos dados junto a tais entidades;

(57.8.2) encaminhe em até 10 dias, observando o modelo de leiaute e a forma de validação e transmissão previstos no endereço eletrônico <<https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>> todos os relacionamentos do investigado obtidos na CCS, tais como contas correntes, contas de poupança e outros tipos de contas

(inclusive nos casos em que os investigados apareçam como co-titulares, representantes, responsáveis ou procuradores), bem como as aplicações financeiras, informações referentes a cartões de crédito e outros produtos existentes junto às instituições financeiras;

(57.8.3) comunique imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários do investigado, bem como os dados cadastrais das contas relacionadas, sejam enviados à Procuradoria Geral da República, no prazo de 30 dias, no modelo de leiaute estabelecido pelo Banco Central do Brasil na Carta Circular nº 3454, de 14.6.2010 e forma de validação e transmissão descritos no arquivo MI 001 - Leiaute de Sigilo Bancário"", disponível no endereço eletrônico <<https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>>;

(57.8.4) informe às instituições financeiras que o campo "Número do Caso" seja preenchido com a seguinte referência: **001-MPF-004683-65** e que os dados bancários sejam submetidos ao programa "Validador Bancário MPF" e transmitidos por meio do programa "Transmissor Bancário MPF", ambos disponíveis no endereço eletrônico <<https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>>, de modo a viabilizar a análise dos registros bancários pelo Sistema de Movimentação Bancária - SIMBA/ASSPA-PGR, o qual vem sendo utilizado em todas as instâncias do Poder Judiciário, inclusive no Supremo;

(57.8.5) informe às instituições financeiras que os cadastros das contas investigadas (cadastro de abertura de conta, cartão de autógrafos, documentos apresentados pelo correntista, etc) deverão ser enviados à Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise da Procuradoria-Geral da República, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 9, cobertura, Brasília (DF);

(57.9) autorização para cobrar diretamente dos bancos o cumprimento da decisão de Vossa Excelência, nos exatos termos em que proferida, solicitando o encaminhamento dos documentos suporte das transações financeiras realizadas no período de quebra do sigilo bancário, bem como aqueles

relacionados a cadastros e análise de "compliance";

(57.10) quebra dos sigilos financeiros, no período compreendido entre 19 de abril de 2019, dia do Exército, marco mais remoto que se pode cogitar do início de eventual concertação para organizar os atos antidemocráticos em apuração, e 3 de maio de 2020, data da manifestação imediatamente seguinte à que aconteceu durante a celebração daquela efeméride neste ano, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas

(57.7.11) Otavio Oscar Fakhoury, CPF 112.009.508-52;

(57.7.12) Luís Felipe Belmonte dos Santos, CPF 115.520.501-49;

(57.7.13) Sergio Ferreira de Lima Junior, CPF 081.884.647-08;

(57.7.14) Inclutech Tecnologia da Informação Ltda., CNPJ 14.310.026/0001-40;

(57.7.15) Daniel Lúcio da Silveira, CPF 057.009.237-00;

(57.7.16) Geraldo Júnio do Amaral, CPF 075.540.496-31;

(57.7.17) Otoni Moura de Paula Junior, CPF 072.178.777-09;

(57.7.18) Caroline Rodrigues de Toni, CPF 058.583.929-89;

(57.7.19) Carla Zambelli Salgado, CPF 013.355.946-71;

(57.7.20) Arolde de Oliveira, CPF 016.167.062-87;

(61.7.21) Alessandra da Silva Ribeiro, CPF 798.755.649-15;

(57.7.22) Beatriz Kicis Torrents de Sordi, CPF 385.677.921-34;

(57.7.23) Eliéser Girão Monteiro Filho, CPF 453.123.467-72;

(57.7.24) José Guilherme Negrão Peixoto, CPF 044.349.568-84;

(57.7.25) Aline Sleutjes, CPF 005.063.429-13;

(57.7.26) Evandro de Araújo Paula, CPF 048.731.251-11;

(57.7.27) Movimento Avança Brasil (Instituto Acorda Brasil), CNPJ 23.620.564/0001-22;

(57.7.28) Movimento Conservador (Instituto Conservador), CNPJ 32.931.580/0001-27;

(57.7.29) Movimento NasRuas (Associação Brasil NasRuas), CNPJ 28.818.354/0001-67;

(57.7.30) Ernani Fernandes Barbosa Neto, CPF 007.668.421-00;

(57.7.31) Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves, CPF 179.984.588-52;

(57.7.32) Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda., CNPJ 28.573.979/0001-06, pessoa jurídica da qual **Ernani Fernandes Barbosa Neto** e **Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves** são sócios;

(57.7.33) Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda., CNPJ 20.010.215/0001-09, pessoa jurídica da qual **Ernani Fernandes Barbosa Neto** e **Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves** são sócios;

(57.7.34) Alberto Junio da Silva, CPF 039.572.126-18;

(57.7.35) Alberto Junio da Silva (“Rede Pensa Brasil de Comunicação”), CNPJ 26.649.468/0001-03, pessoa jurídica da qual **Alberto Junio da Silva** é responsável;

(57.7.36) Allan Lopes dos Santos, CPF 099.006.807-23;

(57.7.37) Canal TI Produção de Vídeos e Cursos Ltda., (“Terça Livre”), CNPJ 30.887.370/0001-53, pessoa jurídica da qual **Allan Lopes dos Santos** é sócio-administrador;

(57.7.38) Fernando Lisboa da Conceição, CPF 316.237.308-56;

(57.7.39) Valter Cesar Silva Oliveira, CPF 932.337.523-34;

(57.7.40) Adilson Nelson Dini, CPF 110.567.238-74;

(57.7.41) Oswaldo Eustaquio Filho, CPF 024.572.289-05;

(57.7.42) Sara Fernanda Giromini, CPF 416.982.998-00;

(57.7.43) Marcelo Frazão de Almeida, CPF 091.526.418-80;

(57.7.44) Camila Abdo Leite do Amaral Calvo, CPF 331.776.078-85;

(57.7.45) Camila Abdo Leite do Amaral Calvo (“Produções Jornalísticas e Assessoria de Imprensa”), CNPJ 31.060.542/0001-83, pessoa jurídica da qual **Camila Abdo Leite do Amaral Calvo** é responsável;

(57.7.46) Emerson Teixeira de Andrade, CPF 666.516.461-

68;

(57.7.47) administradores dos canais "**Universo**" e "**Foco do Brasil**", no YouTube, bem como dos responsáveis pelos perfis "**@focodobrasil**" e "**@folhadobrasil**", no Instagram, a serem identificados pela autoridade policial, nos termos do item 57.2;

(57.11) compartilhamento dos dados provenientes das quebras dos sigilos bancários e financeiros com a Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação, unidade de Inteligência Fiscal da Receita Federal, como forma de reforçar a análise dos dados econômicos, financeiros e fiscais;

(57.12) permissão para que a Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação elabore relatórios consubstanciados em relação às pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas quebras, valendo-se para tal de todos os dados existentes nas bases de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de outras a que tenha acesso em função de convênios;

(57.13) extensão das quebras às pessoas físicas e jurídicas vinculadas às originalmente atingidas e que tenham participado diretamente de transações econômicas, financeiras e patrimoniais suspeitas com as últimas, como forma de possibilitar o perfeito entendimento do ato praticado bem como sua extensão e relevância para o processo investigativo;

(57.14) permissão para que os dados obtidos a partir das quebras sejam utilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em procedimentos administrativos próprios, nos casos em que não houver prejuízo para a manutenção do sigilo desta investigação;

(57.15) outras diligências que a autoridade policial entender pertinentes".

As diligências deverão ser cumpridas pela equipe do Delegado Federal Igor Romário de Paula.

Fica também a critério do Ministério Público a renovação das buscas e apreensões realizadas em 27/05/2020, no âmbito do inquérito 4781, de

INQ 4828 / DF

minha relatoria.

Determino, por fim, que os dados sigilosos recebidos sejam autuados em apartado e em segredo de justiça, nos termos solicitados pela Procuradoria Geral da República no item 62 de sua manifestação, dada a incidência da hipótese do art. 230-C, § 2º, do RISTF.

Dê-se ciência imediata ao Procurador-Geral da República.

Brasília, 27 de maio de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente

[\[1\]\[1\]\[1\]\[1\]\[1\]](#) Cf. informação disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/os-300-do-brasil> Acesso em: 16 mai. 2020.

[\[2\]\[2\]\[2\]\[2\]\[2\]](#) ID de usuário do YouTube: UCmGyqo1IA_dCsle9wSGUtuw

[\[3\]\[3\]\[3\]\[3\]\[3\]](#) ID de usuário do YouTube: UCY-8xcFwlVuy6jmUD1DG1Rg

[\[4\]\[4\]\[4\]\[4\]\[4\]](#) ID de usuário do Instagram: 8568931847 e 9908911017

[\[5\]\[5\]\[5\]\[5\]\[5\]](#) ID de usuário do Facebook: 2168968576690653

[\[6\]\[6\]\[6\]\[6\]\[6\]](#) ID de usuário do Facebook: 503677750176429

INQ 4828 / DF

[\[7\]\[7\]\[7\]\[7\]\[7\]](#) ID de usuário do Facebook: 262585337793168
[\[8\]\[8\]\[8\]\[8\]\[8\]](#) ID de usuário do Facebook: 1499604770306657
[\[9\]\[9\]\[9\]\[9\]\[9\]](#) ID de usuário do Facebook: 1026441514161613
[\[10\]\[10\]\[10\]\[10\]\[10\]](#) ID de usuário do Facebook: 224789184292936
[\[11\]\[11\]\[11\]\[11\]\[11\]](#) ID de usuário do Facebook: 100520921423687
[\[12\]\[12\]\[12\]\[12\]\[12\]](#) ID de usuário do Facebook: 438318956938620
[\[13\]\[13\]\[13\]\[13\]\[13\]](#) ID de usuário do Facebook: 598230013650060
[\[14\]\[14\]\[14\]\[14\]\[14\]](#) ID de usuário do Facebook: 148916071985515
[\[15\]\[15\]\[15\]\[15\]\[15\]](#) ID de usuário do Facebook: 100003131303447,
100034509952552, 100049320609580 e 100050516615989
[\[16\]\[16\]\[16\]\[16\]\[16\]](#) ID de usuário do Facebook: 100007373445937,
100043529862253 e 100026014412409
[\[17\]\[17\]\[17\]\[17\]\[17\]](#) ID de usuário do Instagram: 8568931847 e
9908911017
[\[18\]\[18\]\[18\]\[18\]\[18\]](#) ID de usuário do Instagram: 357559369
[\[19\]\[19\]\[19\]\[19\]\[19\]](#) ID de usuário do Instagram: 3259257040
[\[20\]\[20\]\[20\]\[20\]\[20\]](#) ID de usuário do Instagram: 244956066 e
33472045773
[\[21\]\[21\]\[21\]\[21\]\[21\]](#) ID de usuário do Instagram: 23290349004
[\[22\]\[22\]\[22\]\[22\]\[22\]](#) ID de usuário do Instagram: 13359674731
[\[23\]\[23\]\[23\]\[23\]\[23\]](#) ID de usuário do Instagram: 29570460775
[\[24\]\[24\]\[24\]\[24\]\[24\]](#) ID de usuário do Instagram: 1215266817
[\[25\]\[25\]\[25\]\[25\]\[25\]](#) ID de usuário do Instagram: 7635690011
[\[26\]\[26\]\[26\]\[26\]\[26\]](#) ID de usuário do Instagram: 1753762704
[\[27\]\[27\]\[27\]\[27\]\[27\]](#) ID de usuário do YouTube:
UCYiM773ssvNMaBHvaWWeIoQ
[\[28\]\[28\]\[28\]\[28\]\[28\]](#) ID de usuário do YouTube: UCY-
8xcFwIVuy6jmUD1DG1Rg
[\[29\]\[29\]\[29\]\[29\]\[29\]](#) ID de usuário do YouTube:
Ucq0sSSg_HEd4Y2g_pBMdL7w
[\[30\]\[30\]\[30\]\[30\]\[30\]](#) ID de usuário do YouTube:
UC7qK1TCeLAr8qOeclO-s39g
[\[31\]\[31\]\[31\]\[31\]\[31\]](#) ID de usuário do YouTube:

INQ 4828 / DF

UceW2XVfsOkghlDuw6N7b_ag

[\[32\]\[32\]\[32\]\[32\]\[32\]](#)ID de usuário do YouTube:

UCmGyqo1IA_dCsle9wSGUtuw

[\[33\]\[33\]\[33\]\[33\]\[33\]](#)ID de usuário do YouTube: UCdI5-

0FkUC7sFCjqMlc4Sow

[\[34\]\[34\]\[34\]\[34\]\[34\]](#)ID de usuário do YouTube:

UCXHIVqy5OJJu5idlT2UP66Q

[\[35\]\[35\]\[35\]\[35\]\[35\]](#)ID de usuário do YouTube: UC7tfOF-

BAGCv4f9IaaMv7pQ

[\[36\]\[36\]\[36\]\[36\]\[36\]](#)ID de usuário do YouTube:

UCXkUR5DQxcIonn5nwFe4CjQ

[\[37\]\[37\]\[37\]\[37\]\[37\]](#)ID de usuário do YouTube:

UC4gLR_hw2zTb2kMcYzrEFQQ

[\[38\]\[38\]\[38\]\[38\]\[38\]](#)ID de usuário do YouTube:

UCbX9Oko67AoVp5CMtZzI_Fw

[\[39\]\[39\]\[39\]\[39\]\[39\]](#)ID de usuário do YouTube:

UCxRcxpaXaV5vav13jxp4EsQ

[\[40\]\[40\]\[40\]\[40\]\[40\]](#)Os logradouros foram obtidos por intermédio da Secretaria de Pesquisa e Análise da Procuradoria Geral da República em bancos de dados públicos e conveniados.

[\[41\]\[41\]\[41\]\[41\]\[41\]](#)OLIVEIRA, Germano. A mansão de Allan. **Isto É**, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://mpf.link/033ec>> Acesso em: 22 mai. 2020. O conjunto foi descoberto por meio de busca na aplicação de internet Google Maps. Cf. informação disponível em: <<https://mpf.link/d60e6>> Acesso em: 22 mai. 2020.